

DISCUTINDO O USO DE AGROTÓXICOS EM ATIVIDADE EXTENSIONISTA NO MUNICÍPIO DE UBAÍRA-BA¹

Aline dos Santos Lima²

INTRODUÇÃO

A produção e a distribuição de alimentos no Brasil têm se caracterizado por um modelo corporativo associado ao uso intensivo de agrotóxicos. Esse modelo, se constitui numa ameaça a soberania e segurança alimentar necessários para a sobrevivência das sociedades em várias partes do mundo, pois, no contexto global de mundialização da economia, o direito à alimentação saudável vem sendo violado em face do controle que as grandes empresas têm sobre o mercado de alimentos (STEDILE & CARVALHO, 2012).

Assim, o objetivo do presente trabalho é discutir o uso de agrotóxicos no município de Ubaíra-Ba a partir de um projeto de extensão envolvendo estudantes do Ensino Fundamental II em uma escola do campo. Metodologicamente, o desenvolvimento da atividade extensionista consiste no estado da arte sobre a temática, na caracterização da escola parceira e na realização de rodas de conversa com a comunidade escolar do Colégio Municipal Aurino Fausto dos Santos (CMAFS). Registra-se que a atividade de extensão está em execução e se encontra na primeira fase. Atrelado a isso, já se vem construindo o roteiro de questões que será aplicado com os gestores do Colégio Aurino.

METODOLOGIA

Metodologicamente, o desenvolvimento do projeto de extensão tem três etapas interdependentes: a) qualificação da equipe executora, mediante levantamento, leitura e discussão de textos que discutam o uso de agrotóxicos nas ciências humanas, de modo geral, e na Geografia, de modo específico; b) trabalho de campo na escola parceira com o propósito de conhecer o cotidiano escolar e os seus sujeitos; c) realização de roda de conversas com gestores, professores e estudantes das últimas séries do Ensino Fundamental II sobre a temática do projeto.

DESENVOLVIMENTO

Desde a Antiguidade clássica, agricultores criam maneiras de lidar com seres vivos, como plantas e insetos, que se difundiam nas lavouras comprometendo o desenvolvimento dos cultivos. A partir do século XVI, há registros do emprego de substâncias orgânicas nos setores de produção com o objetivo de combater a ação de seres considerados nocivos. Em meados do século XX, os chamados países industrializados passam a desenvolver um conjunto de técnicas capazes de aumentar a produtividade agrícola, processo qualificado como Revolução Verde (RIGOTTO & ROSA, 2012).

As invenções desse modelo possibilitaram “a industrialização da agricultura primeiro na Europa e na América do Norte e, posteriormente em países em desenvolvimento” (SANTOS & GLASS, 2018, p. 19). Essas transformações, que inovam a forma de produzir alimentos e se

¹ Esse trabalho faz parte do Projeto “‘Dicomer’ e ‘dibeber’ em tempos de veneno na mesa”, aprovado pelo Edital 04/2019 do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Extensão do IF Baiano. A equipe executora do Projeto é formada, além da autora, por Amanda Jacinta dos Santos; Angela Andrade Calhau; Maria Avanilda Novaes de Santana; Máira Vitória Moreira dos Santos; Reinalda de Jesus Pedra; e Silvio Márcio Montenegro Machado.

² Professora de Geografia do IF Baiano *Campus* Santa Inês, aline.lima@ifbaiano.edu.br

qualifica como uma “revolução tecnocientífica”, tem como marco temporal as mudanças ocorridas após a Segunda Guerra Mundial (SANTOS, 2002).

Segundo Pereira (2012, p. 685), a “introdução em larga escala (...) de variedades modernas de alta tecnologia foi denominada Revolução Verde”. Esse processo, que ocorre a partir da década de 1950 com o objetivo de intensificar a oferta de alimentos, iniciou-se com os avanços “tecnológicos do pós-guerra, com um programa de valorização do aumento da produtividade agrícola por meio de uma tecnologia de controle da natureza de base científico-industrial, a fim de solucionar a fome no mundo, visto que na época se considerava a pobreza, e principalmente a fome, como um problema de produção”.

No Brasil, a década de 1960, é o marco temporal da ruptura na produção agrícola. Segundo José Graziano da Silva, no início dos anos sessenta, instalam-se fábricas de máquinas e insumos agrícolas no país. A implantação de indústrias de tratores, equipamentos agrícolas, fertilizantes e rações aponta o avanço na solução das questões agrícolas, isto é, dos “aspectos ligados às mudanças da produção em si mesma: o que se produz, onde se produz e quanto se produz” (SILVA, 1981, p. 11).

Desde então, passa a vigorar um modelo de produção denominado “novo padrão agrícola” (FABRINI, 2002, p. 141) ou, ainda, “agricultura científica globalizada” (SANTOS, 2002, p. 88). Como desdobramento desse processo, a produção dos principais itens agropecuários brasileiros tornou-se dependente do “modelo de produção racional” (MOREIRA *apud* RIGOTTO & ROSA, 2012, p. 88).

Dentro desse modelo, o item mais difundido é o agrotóxico, tanto entre os grandes e médios produtores, quanto pela agricultura familiar camponesa. Originalmente produzido a partir “dos gases mortais” (FIDELES *apud* RIGOTTO & ROSA, 2012, p. 88) utilizados nas duas grandes guerras mundiais, os agrotóxicos são

produtos e agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou plantadas e de outros ecossistemas e de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos, bem como as substâncias e produtos empregados como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores de crescimento (BRASIL, 2002)

Segundo Ariovaldo Umbelino de Oliveira, no Brasil do final do século XX, a agricultura familiar camponesa ocupava uma superfície de 70,5 milhões de hectares (18% do total do país). Desse universo, o acesso à tecnologia era restrito, pois apenas 10% possuíam trator, 38% utilizaram fertilizantes e 1% tinham máquinas colheitadeiras. Entretanto, o uso de agrotóxicos havia chegado a mais de 60% dos estabelecimentos (OLIVEIRA, 2007, p. 134).

Com base na Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, Carlos Valter Porto-Goncalves apresenta que, entre 1950 e 2000, a “produção de grãos em todo o mundo aumentou 2,9 vezes, de 631 para 1.835 milhões de toneladas. No mesmo período, entretanto, o consumo de fertilizantes aumentou de 10,1 vezes, passando de 14 milhões de toneladas, em 1950, para 141 milhões de toneladas em 2000” (PORTO-GONCALVES, 2004, p. 9).

Todas essas informações são sistematizadas por Rodrigo Simão Camacho, ao afirmar que o Brasil é o país que “mais usa agrotóxicos no mundo, sendo que cada brasileiro consome cerca de 5,2 litros de venenos por ano” (CAMACHO, 2013, p. 248). A posição brasileira no *ranking* dos maiores consumidores de agrotóxicos confirma a necessidade de se refletir sobre o atual modelo de produção de alimentos, o que ratifica a importância da atividade de extensão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como já sinalizado, o projeto de extensão está em fase de execução. Entretanto, o estado da arte e o contato preliminar com o cotidiano escolar permite tecer algumas considerações. O município de Ubaíra está localizado no Território de Identidade Vale do Jiquiriçá³. Dentre os municípios dessa região, Cravolândia, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara e Lajedo do Tabocal se destacam pela alta porcentagem de estabelecimentos que utilizam agrotóxicos tanto no plano regional quanto estadual, sem contar nas elevadas taxas de intoxicação por agrotóxicos de uso agrícola em Itaquara e Itiruçu (BOMBARDI, 2017).

Apesar de não figurar nos dados sistematizados por Bombardi (2017), destacamos o município de Ubaíra, distante 24km da sede do IF Baiano *Campus* Santa Inês. Ubaíra possui uma população de 19.750 pessoas, sendo que 8.822 vivem na cidade (44,67%) e 10.298 vivem no campo (55,33%) (IBGE, 2010). Além disso, dentre os vinte municípios do Vale do Jiquiriçá, Ubaíra tem a quarta maior área territorial, com 659km² dividida em 3.051 estabelecimentos rurais. Diante desse quadro, não seria aventurado afirmar que parte significativa dos 55% de habitantes que vivem no campo realizam suas condições materiais de existência a partir da produção agrícola, seja através do trabalho realizado nos 2.740 estabelecimentos da chamada agricultura familiar (89,9%) ou nos 311 estabelecimentos da agricultura não familiar (10,2%) (IBGE, 2006; 2010; 2017).

Parte dessas famílias, que vivem no espaço rural e lidam com a produção agrícola, tem seus filhos matriculados em uma das 33 escolas do campo distribuídas pelo município de Ubaíra (ROCHA & BISPO, 2019). Dentre essas unidades escolares, citamos o Colégio Municipal Aurino Fausto dos Santos em funcionamento, desde 2002, na comunidade de Jenipapo. O CMAFS é composto por 7 turmas com 160 estudantes cursando o Ensino Fundamental II. Para tanto, conta com o trabalho de 8 professores e 5 funcionários para as atividades de gestão/limpeza/apoio.

Os estudantes matriculados no Colégio vivem em Jenipapo e em outras comunidades próximas, como Cachoeirinha, Comum da Carlota, Lago do Boi, Otis, Pedrinhas, Sapucaia e Volta do Rio, além da presença de estudantes que residem na cidade de Ubaíra. Diante desse contexto, o projeto se torna relevante e indispensável, tanto para a comunidade escolar, especialmente os estudantes, quanto para seus pais ou responsáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade extensionista proposta para o Colégio Municipal Aurino Fausto dos Santos, na comunidade de Jenipapo, município de Ubaíra, está em curso e se encontra na primeira fase de execução. Através disso, já se vem construindo um roteiro de questões que será aplicado com a comunidade do Colégio Aurino. Espera-se que as ações promovidas pelos estudantes e professores do Curso de Licenciatura em Geografia, proponentes do projeto, possam estreitar os laços entre o IF Baiano *Campus* Santa Inês e as escolas de educação básica do Território de Identidade Vale do Jiquiriçá.

Palavras-chave: Agrotóxicos, escola do/no campo, Território de Identidade Vale do Jiquiriçá.

REFERÊNCIAS

BOMBARDI, Larissa Mies. **Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia**. São Paulo: FFLCH, 2017.

³ Recorte espacial formado por 20 municípios baianos, são eles: Amargosa, Brejões, Cravolândia, Elísio Medrado, Irajuba, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafayette Coutinho, Laje, Lajedo do Tabocal, Maracás, Milagres, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra (SEPLAN, 2015).

BRASIL. Decreto n°. 4.074, de 4 de janeiro de 2002. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília-DF, 8 jan. 2002. Seção 1.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Paradigmas em disputa na Educação do Campo**. Presidente Prudente-SP: UNESP, 2013. (Doutorado Geografia).

FABRINI, João Edmilson. **Os Assentamentos de trabalhadores rurais em terra do Centro-Oeste/PR enquanto território de resistência camponesa**. Presidente Prudente-SP: UNESP, 2002. (Doutorado em Geografia).

IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 3 mar. 2017.

_____. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 7 set. 2010.

_____. **Censo Agropecuário**, 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

PEREIRA, Mônica Cox de Britto. Revolução verde. In: CALDART, Roseli Salete et. al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 687-691.

PORTO-GONCALVES, Carlos Walter. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. **Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis**, Florianópolis-SC, n°. 1, v. 1, p. 1-55, 2004.

RIGOTTO, Raquel Maria. ROSA, Islene Ferreira. Agrotóxicos. In: CALDART, Roseli Salete et. al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 88-96.

ROCHA, Ana Paula. BISPO, Edna Souza. Escolas do campo 2019 [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <lineuneb@yahoo.com.br> em 28 mar. 2019.

SANTOS, Maureen. GLASS, Verena (Orgs.). **Atlas do agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2018.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 9.ed. São Paulo: Record, 2002.

SEPLAN. Secretaria do Planejamento da Bahia. Disponível em: <<http://www.seplan.ba.gov.br/>>. Acesso em: 29 ago. 2015.

SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária?** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

STEDILE, João Pedro. CARVALHO, Horacio Martins de. Soberania alimentar. In: CALDART, Roseli Salete et. al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 716-725.